

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A natureza perdulária de Lula



Confiante na alta da arrecadação – e convenientemente esquecido do aumento do déficit –, Lula quer gastar mais. Mas, fiel ao receituário petista, não se compromete em gastar bem

O governo não está satisfeito com o limite de gastos estabelecido pelo próprio governo. Menos de um ano após pactuá-lo com o Congresso, o presidente Lula da Silva quer nova licença para gastar. “A arrecadação está aumentando além daquilo que muita gente esperava”, disse Lula no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Seleções. “Lógico que nós temos um limite de gastos, que, quando a gente tiver mais dinheiro, a gente vai ter que discutir com a Câmara e o Senado esse limi-

te de gastos.”

De fato, em janeiro a arrecadação subiu 6,6%, chegando a R\$ 280,3 bilhões, o valor mais alto em quase 30 anos. No entanto, o déficit primário também bateu seus recordes, e no ano passado chegou a R\$ 230 bilhões, o equivalente a 2,1% do PIB. De resto, essa alta na arrecadação tem seus próprios limites. O Orçamento de 2024 peca por excesso de otimismo, superestimando as receitas e subestimando as despesas.

A maior parte da arrecadação prometida depende de novas regras de tri-

buição dos benefícios fiscais concedidos aos Estados e de acordos de empresas com a Receita. Mas essas promessas estão longe de estar garantidas. O governo fala em tributar os “super-ricos”, mas essas receitas, também longe de garantidas, respondem por cerca de 12% do que o governo diz precisar.

O acerto de contas das empresas com a Receita, se sair, gerará um novo influxo de receita. Mas ela é provisória e os gastos já contratados (especialmente na PEC da Transição do fim de 2022), que agora Lula quer expandir, são recorrentes.

É a velha receita petista. O importante é gastar para estimular a economia. Conforme essa fantasia, as pessoas compram mais, as empresas investem mais e um tanto de déficit fiscal não faz mal a ninguém. Afinal, no adágio imortal de Dilma Rousseff, “gasto é vida”. Se o desajuste fiscal gera riscos e incertezas e pressiona a inflação e os juros, basta escoriar o Banco Central.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, continua a correr atrás de novas receitas, mas não tem autorização do chefe para cortar despesas com medidas como contingenciamentos e empenhamentos. O plano de revisão de gastos do Ministério do Planejamento segue em ponto morto.

Ao mesmo tempo, a contabilidade vai ficando cada vez mais criativa. Gastos com os investimentos estatais no PAC e as despesas da bolsa para alunos de baixa renda do ensino médio ou com o seguro rural foram excluídos da meta. Flerta-se com a ideia de classificar a ajuda financeira a Estados e municípios como “crédito extraordinário”,

quando de extraordinário ela não tem nada. É só o padrão ordinário no Brasil. Basta o poder público ter alguma folga fiscal para contratar novos aumentos de salários e aposentadorias do serviço público, enquanto os investimentos em saneamento, escolas ou estradas se contraem.

Isso sem falar da parte do próprio Congresso, cujas emendas parlamentares, por exemplo, não param de crescer.

“Sem conseguir cumprir o que prometeu, e vulnerável à pressão por mais gastos e menos receitas, qual será a reação do governo nos próximos meses?”, perguntavam-se os economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes em um artigo de setembro de 2023 no *Brazil Journal*, cujo título responde a sua própria pergunta: *Gastar, gastar, gastar*. À época, os autores concluíam com outras questões sobre o governo: “Jogar à toalha, mudando a meta fiscal e assumindo que estamos em um regime fiscal inconsistente? Será que a equipe econômica terá capacidade para recuperar o controle da política fiscal? Irá apoiar autuações indiscriminadas das empresas privadas por parte da Receita para obter um resultado primário imediato, mesmo que insustentável a longo prazo? Ou vai sucumbir e avançar na contabilidade criativa?”. À luz da retórica perdulária de Lula, são perguntas que se provam cada vez mais retóricas. A resposta é “sim” a todas, exceto uma: a equipe econômica – se ainda lhe restar alguma vontade após ser tantas vezes desmoralizada pelo Planalto – dificilmente terá capacidade para recuperar o controle da política fiscal. ●

Educação não é caso de polícia

Projeto de Tarcísio que implementa escolas cívico-militares mostra que, para o governo paulista, parece mais importante intimidar os alunos com policiais do que estimulá-los a ler e pensar

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um projeto de lei que cria o Programa Escola Cívico-Militar. Caso seja aprovado pelos deputados – o que deve acontecer, pois o governo conta com uma folgada base de apoio na Alesp –, algumas escolas da rede estadual, a depender do resultado de consultas públicas, poderão ser geridas em conjunto, pasme o leitor, pelas Secretarias da Educação e da Segurança Pública – como se educação fosse caso de polícia.

As escolas cívico-militares padecem de um vício de origem: a educação pública deve ser civil. É inquestionável que há centros educacionais de excelência sob administração militar, particularmente no ensino técnico-científico. Af-

estão, por exemplo, o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Igualmente, é reconhecida a qualidade dos colégios mantidos pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. Mas seus objetivos e públicos são muito distintos. Numa República democrática, políticas voltadas à educação básica têm de estar a cargo, fundamentalmente, de gestores e professores civis.

Em segundo lugar, o governo estadual parte de erros crassos de diagnóstico para justificar a implementação das escolas cívico-militares em São Paulo. Na apresentação do projeto, o Poder Executivo sustenta que o objetivo do programa é “complementar as ações pedagógicas e compartilhar com os estudantes valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respei-

to”. Ora, tais valores, evidentemente, não são exclusivos dos militares. Ademais, deveria ser ocioso enfatizar que não foram poucos os militares, inclusive os de alta patente, que violentaram esses mesmíssimos valores ao aderirem ao golpismo bolsonarista, e não foram poucos os defensores da suposta “disciplina” das escolas cívico-militares que ajudaram a depredar os prédios dos Três Poderes em Brasília no infame 8 de Janeiro. Naquelas cenas degradantes, havia tudo, menos “cívismo” e “respeito”.

Falta aos governos, em geral, e ao governo paulista, em particular, a capacidade de traçar um diagnóstico preciso sobre os reais problemas na educação pública, em particular na educação básica. Não se trata de um problema disciplinar nem muito menos político-ideológico. Qualquer projeto voltado à melhoria da educação básica no País tem de passar, necessariamente, pela formação dos professores, pela valorização material dos docentes e, não menos importante, pela reavaliação permanente dos modelos pedagógicos. O salto de qualidade de que a educação básica tanto carece no Brasil não será dado se distribuindo pequenas fardas para crianças, tampouco enchendo as escolas de policiais militares aposentados à guisa de prover segurança e disciplina.

Ao que tudo indica, o projeto de lei enviado por Tarcísio à Alesp é mais do que um agrado aos bolsonaristas de São

Paulo. O governador paulista parece mover suas peças no tabuleiro político justamente pelos flancos que têm sido abertos pelo governo do presidente Lula da Silva – notadamente nas áreas de Segurança Pública e Educação. Se essa movimentação se presta a qualificar Tarcísio para desafiar Lula nas urnas já em 2026 ou se o governador está apenas construindo suas marcas na política paulista para apresentá-las ao País mais tarde, em momento oportuno, só o tempo vai dizer.

Seja como for, as ações do governador de São Paulo nessas duas áreas não têm sido as mais adequadas. Sua concepção de segurança pública, sustentada por uma política de enfrentamento a supostos criminosos que tem deixado um rastro de sangue pelo Estado, desfaz um trabalho de décadas na construção de uma polícia mais bem preparada, apta a atuar dentro das regras do Estado Democrático de Direito. E na área de Educação, entrou para a antologia das ideias estapafúrdias o projeto que eliminava os livros didáticos nas salas de aula e sua substituição por slides em PowerPoint. O projeto felizmente foi abandonado, em razão da previsível reação negativa da sociedade, mas bastou para dar a dimensão da desinteligência em uma área tão importante para São Paulo e para o País. Para o atual governo paulista, parece mais importante intimidar os alunos com policiais disciplinadores do que estimulá-los a ler e pensar. ●